

yendo el Reino en forma casi secreta por los capilares subterráneos de barrios, parajes y comunidades.

Las comunidades de Guasayán, como la mujer del evangelio, entregan a la Iglesia "todo lo que tienen para vivir" ... **su fe**. Una fe profunda y festiva, que madura en la pobreza y vence el sufrimiento. Una fe que da "autoridad" a los pobres. La autoridad que proviene del Espíritu de Jesús crucificado y resucitado, presente en medio del caminar de su pueblo po-

bre. Pues "nadie puede decir ¡Jesús es Señor! sino con el Espíritu Santo" (1Cor 12,3).

*Ir. Gabriela Zengarini O.P. é Mestra em Teologia Dogmática com Concentração em Missiologia pela Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção.*

## O CRISTÃO NA POLÍTICA: UM ESTUDO DE CASO

*Prof.<sup>a</sup> Rosana Manzini  
Pe. Dr. Alejandro Angulo, SJ*

### INTRODUÇÃO

Em muitos casos, em muitos países e em muitas épocas procurou-se ver incompatibilidades entre seguir a Cristo, cabalmente, e realizar um trabalho político eficaz<sup>1</sup>. Por outro lado, comprova-se de que não há um verdadeiro seguimento de Cristo, se este não vem acompanhado de uma militância política decidida e generosa<sup>2</sup>.

A natureza ambígua da política real, com suas promessas grandiloquentes e suas realizações raquíticas, propôs e segue propondo um interrogativo fundamental aos cristãos, para quem, em seu compromisso batismal de construir o Reino de Deus, não podem esquivar-se da passagem pela arena política, seja como protagonistas, seja como agentes seletos, ou puramente no exercício da cidadania. Com efeito, a tentação de construir um Reino de Deus, fora do mundo

real, tem sido uma constante no cristianismo, levando não só a propostas utópicas, mas também a retiradas medrosas.

Uma ética cristã parte da análise da ordem, do estudo da legitimidade da representação e das condições de factibilidade das eleições representativas.

Como esses campos de ação política estão determinados por suas próprias circunstâncias, pensamos não ser oportuno utilizar um raciocínio dedutivo. Parece-nos mais frutífero confrontar os princípios éticos com a realidade histórica. Dentro dessa perspectiva, buscamos realizar o estudo de um caso brasileiro, articulando a análise sobre a experiência de um político cristão concreto.

Este trabalho nasce de uma insatisfação pessoal com a estratégia de apresentar modelos importados de

<sup>1</sup> CULTRERA, F. *Ética e Política*, Brescia: 1996, p. 35

<sup>2</sup> CELAM. Segunda Conferencia General del Episcopado Latinoamericano, *La Iglesia en la actual transformacion de America Latina a la luz del Concilio*, Santa Fe de Bogota: 1991

compromisso do cristão leigo na política partidária. Constata-se que os modelos forasteiros se encontram amiúde muito distantes, seja do próprio contexto histórico, seja da própria prática do cristão comum dentro da realidade atual, cuja vida quotidiana é bem diferente das biografias fantasiosas. Para tanto, buscamos alguém que tivesse, comprovadamente, uma vida de engajamento e, *a partir e por causa de sua caminhada de fé cristã*, desenvolvesse ou tenha desenvolvido atividade partidária com experiência de mandato legislativo.

Essa busca nos levou ao encontro de Francisco Whitaker, cuja biografia preencha diretamente o objetivo deste estudo. Através de longa entrevista e leituras de seus artigos, tentamos confrontar a teoria com sua experiência em campo político.

Francisco Whitaker, mais conhecido como *Chico* Whitaker, nasceu em São Carlos, interior do Estado de São Paulo. Em 1931, transferiu-se para São Paulo, ingressando na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Neste período, entrou em contato com a JUC (Juventude Universitária Católica), tornando-se seu presidente nos anos de 53 e 54. Ainda na Universidade, fez contato com o grupo do Pe. Le Bret, na França. Essa relação teve

influência determinante na formação do seu pensamento e da sua prática democrática.

Com a ruptura institucional – ocorrida com o Golpe de Estado pelos militares, em 64 – teve origem a ditadura que, por natureza, era violenta e repressiva. No momento do Golpe, Chico, então com 32 anos, era diretor de planificação de um organismo (SUPRA) encarregado da Reforma Agrária do Brasil. Depois de ter trabalhado por um período (65-66) como assessor no 1º Plano da Pastoral de Conjunto da CNBB, ele e sua família, em 67, fogem para a França, que será para eles, até o ano de 81, terra de exílio. Chico participa ativamente na França do Movimento de Maio de 68. Na França trabalha como professor no Instituto de Formação para o Desenvolvimento (IRFED) e também junto ao Comitê Católico contra a Fome (CCFD).

O auge da repressão (resistência armada, torturas, assassinatos), no Brasil, acontece nos anos 70, sob o governo Médici, onde surge, ao mesmo tempo, o famoso “milagre econômico brasileiro”. Nesse momento, Chico e família se transferem para o Chile, desenvolvendo um trabalho para a ONU. Lá, Chico é testemunha entusiasta da mobilização criada pela

Unidade Popular. Em 1973, com o golpe militar no Chile, retorna novamente à França.

Entre 76 e 81, trabalha no projeto “Jornadas Internacionais por uma Sociedade Superando as Dominações”. Esse projeto foi lançado pela CNBB e cinco outras Conferências Episcopais, visando promover um encontro internacional com todos os atores das lutas contra a opressão.

Após seu retorno ao Brasil, vai trabalhar diretamente como assessor do Cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, acompanhando as *Comunidades de Base*. Assessora, ainda, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ajudando a fundar a Associação Paulista de Solidariedade no Desemprego e o Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, mobilizando 122 emendas populares, recolhendo para tanto 12 milhões de assinaturas.

Como resultado desse trabalho, surge naturalmente como candidato à vereança da cidade de São Paulo nas eleições de 88, sendo eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT), por dois mandatos consecutivos. Exerce ativamente o seu mandato sendo, na ocasião, um dos Relatores da Lei Orgânica do Município, Líder do Governo da Prefeita Luisa Erundina, Relator

de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) em 1989 e Presidente de outra em 1995, ambas sobre corrupção na Câmara.

Atualmente, é Secretário da Comissão de Justiça e Paz da CNBB, desenvolvendo uma pesquisa em nível nacional sobre a corrupção na compra de votos, durante o processo eleitoral. Ao lado desse trabalho, Chico se consagra à formação e à animação de *cidadania ativa* dentro de uma Organização Não Governamental, a ADI. - Associação para o Desenvolvimento da Intercomunicação

Chico Whitaker é, sem dúvida, *um cristão na política*. Sua experiência demonstra que, participar na gestão política como cristão e enquanto cristão é, ao mesmo tempo, um privilégio e um desafio. O privilégio é o de poder colaborar a partir de um plano superior à construção do mundo. O desafio consiste em lograr que a política cumpra realmente seus próprios fins.

## 1 - A ÉTICA E A POLÍTICA

O político se move em um plano superior, porque a ação política é a resposta única a tudo o que é necessário ao povo. Sendo assim, é a atividade humana que torna possível todas as demais atividades. Isto lhe dá um prestígio supremo! Confere-lhe um

valor superior do que qualquer outra atividade cujo motivo seja o mero interesse individual, ou a satisfação das carências de pessoas ou grupos. A política é de interesse geral; é – por sua própria natureza – um exercício essencialmente direcionado à realização do bem-comum.

São os grupos humanos, as sociedades, que mostram ser altamente precisa a ação da política; seja através da experiência já vivida; seja através dos sonhos e perspectivas da realização de projetos futuros, garantias do bem-estar da justiça e da paz. Assim, torna-se imprescindível o acordo entre os mais variados interesses políticos, a fim de que cada um possa alcançar objetivos mais nobres: dignidade, liberdade, solidariedade, alteridade... A harmonização dos interesses é o objetivo da política. A política, neste sentido, perseguirá sempre o interesse comum.

Essa preocupação pelo interesse comum faz da política a ciência da vida pública. O espaço público é, antes de tudo, o lugar no qual todos têm acesso e do qual todos podem se servir. Isso faz com que a política seja a forma de assegurar o acesso de

todos aos serviços, dos quais cada um necessita. A política se ocupa, pois, de assegurar esse acesso e de fornecer esses serviços.

A vida coletiva não é outra coisa que o nascimento, crescimento e perfeição da vida de cada um dos integrantes da comunidade política. E este alcançar a perfeição somente se dá se cada pessoa, além de alcançar sua própria perfeição, permitir que todos os demais alcancem a sua. Assegurar que esta perfeição de todos e de cada um seja possível é a tarefa do político. Essa é a sociedade feliz, e realizá-la é o privilégio do servidor público. Nisso consiste, simultaneamente, o desafio<sup>3</sup>, que tem o caráter de ser árduo, porque os meios que temos para a política levam em si mesmos à contradição com os objetivos que buscamos. Para assegurar o acesso de todos ao espaço público, não encontramos outro meio que assegurar um poder público. O bom governante nos deve poder garantir o acesso a este espaço, quando o número daqueles que aspiram ocupá-lo coloca em perigo o acesso de alguns. E para lograr a definição comum do espaço público, não pudemos projetar nenhum outro meio que a adequada representação dos interesses setoriais,

ou seja, os partidos políticos, nos quais se reflete a diversidade de nossos grupos humanos e a de cada um de seus integrantes. Definir o espaço público é, pois, lograr um acordo entre os partidos políticos<sup>4</sup>.

Com a criação do poder público, arriscamos o interesse privado. Com a representação, arriscamos que os interesses privados de nossos representantes possam excluir o interesse geral da comunidade, mediante a prevaricação. E, com os partidos políticos, arriscamos a realização do bem comum convertendo o espaço público em um campo de discórdias irreconciliáveis e de posições intransigentes. Por isso, o desafio da política é eleger uma representação legítima e configurar um partido político inteligente, de onde se segue que a eleição dos representantes é a chave do processo, porque tanto a organização dos partidos, como a instituição do poder público se logram através do mecanismo eleitoral. A eleição é, ademais, o instrumento que permite à coletividade premiar ou castigar os seus representantes: se trabalham bem, se-

rão reeleitos para gozar do privilégio de servir à coletividade; se, pelo contrário, servem somente a si mesmos, serão despojados de sua investidura nos comícios<sup>5</sup>.

Insistindo nessa definição normativa do que deve ser a política, terminaríamos por não reconhecê-la. A política real, os interesses e as atuais circunstâncias em que nestas se jogam, fazem do cenário político algo um tanto difícil de conciliar com o modelo ideal de um serviço público, levado a cabo mediante uma articulação flexível de representação adequada e do jogo partidário equitativo. Na história em que vivemos, nem todo servidor público é desinteressado (porque sem interesse não existe motivação verdadeira), nem o jogo partidário é sempre equitativo, já que os grupos de interesse funcionam mais graças à competição do que aliando-se na busca de interesses comuns.

A resolução real destes conflitos se dá, com frequência, através de alianças que favorecem a desigualdade na participação e no benefício, colocando assim em jogo a imagem ideal de uma política como serviço público autêntico<sup>6</sup>.

<sup>3</sup> CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. Constituição Pastoral *A Igreja no mundo contemporâneo*, n. 75

<sup>4</sup> LIPSET, S. e ROKKAN, S. *Party Systems and Voter Alignments: Cross National Perspectives*, New York: 1967, p. 811 ss.

<sup>5</sup> SARTORI, G. *Comparative Constitutional Engineering: An Inquiry into Structures, Incentives and Outcomes*, London: 1994

<sup>6</sup> Idem, *The Theory of Democracy Revisited*, New Jersey: 1987

Essas imperfeições da política real fazem com que muitos dos integrantes de nossas sociedades não encontrem um acesso eficaz ao espaço público e que muitos atores políticos, individuais e coletivos, canalizem o serviço público para seu próprio proveito. Neste sentido, a política real aparece, em muitos casos, como uma atividade humana difícil de conjugar com a ética, porque a apropriação abusiva do espaço público por setores privados e a distorção do serviço da comunidade, realizado por alguns representantes ilegítimos, à força de parcialidade irresponsável, introduzem sérias deformações morais em uma atividade humana sempre vista como o ápice da realização de que são capazes os seres humanos<sup>7</sup>.

## 2 - DUPLO VÍNCULO

O cristão na política encontra-se submetido a uma dupla autoridade: a interior, de natureza religiosa e a exterior que forma parte de sua cidadania. Essa dupla submissão pode gerar,

(e com freqüência gera) uma contradição, porque a Igreja e o Estado, em questões de justiça social, freqüentemente encontram-se em posições antagônicas.

A história do catolicismo está repleta de exemplos que vão desde a Comunidade Primitiva com o mesmo Jesus à cabeça, frente ao Império de Roma<sup>8</sup>, até às igrejas latino-americanas contemporâneas, frente às respectivas ditaduras nacionais, tanto militares quanto civis<sup>9</sup>.

Nas últimas décadas, o confronto principal nos países latino-americanos se deu, sobretudo, no terreno dos direitos humanos. Diante das políticas repressivas de muitos Estados, levantou-se o protesto de muitas Igrejas em defesa das liberdades fundamentais<sup>10</sup>. E assim, o conflito toma a aparência de uma reivindicação do direito natural, da razão diante da irracionalidade, da força disfarçada – com freqüência – em direito positivo. O confronto, quase sempre, conduziu ao martírio, mantendo erguida a consciência moral.

<sup>7</sup> PAPA JOÃO XXIII, *Carta Encíclica sobre a paz (Pacem in Terris)*, 14 de abril 1963

<sup>8</sup> SCHLIER, H. *Riflessioni sul Nuovo Testamento*, Brescia: 1969

<sup>9</sup> ANTOINE, C. *Les catholiques brésiliens sous le regime militaire (1964-1985)*, Paris: 1987

<sup>10</sup> SMITH, B. *The Church and Politics in Chile: Challenges to Modern Catholicism*, Princeton: 1982

Uma interrogação mais difícil de se resolver é aquela na qual a Igreja de um país se dividiu com relação à posição a ser tomada diante dos abusos do poder civil, já que, nessas circunstâncias, a autoridade eclesiástica pode também se dividir politicamente, tomando partido por uma facção contra outra, apesar dos bons motivos que esta possa alegar a seu favor. Isso torna ainda mais complexo o problema de consciência dos católicos, misturando elementos de política internacional ao discernimento de situações nacionais já por si confusas<sup>11</sup>.

Ilustrando, transcrevemos um trecho da entrevista<sup>12</sup>, já citada, que nos deu o próprio Chico, em 21 de Outubro de 1997, na qual não só se aprecia a natureza do problema, mas também de suas possíveis soluções.

... aconteceu o seguinte, quando Roma quis interferir (sic), principalmente por causa desse estudo aqui: os encontros sobre o estudo de caso (aqui ele se refere ao Projeto Por uma Sociedade Superando as Dominações). Quando esse estudo de casos não chegou, fizemos uma reunião de urgência, porque a idéia do projeto era publicar tudo que

fosse mandado, sem censura, sem adaptação sem manipulação; chegava, mandava, desde que estivesse dentro das regras que a gente tinha, que eram quatro regras: tinha que ser caso estrutural, não pessoal, tinha que ser contado por quem vive, não por quem observa; tinha que ser curto e não podia fazer propaganda de meios violentos, só isso. Quando chegou, nos perguntamos: publica ou não publica; chamamos Dom Cândido (então bispo da Diocese de Bauru) para uma reunião de urgência, para decidir; disse que podíamos publicar, porém pondo nota da coordenação do projeto, ou seja relembrando os critérios; mas apesar disso a reação de Roma foi muito grande; Roma pediu que a Igreja daqui não continuasse com o projeto, mandaram para cá uma comitiva, o presidente da comissão de Justiça e Paz, Etchegarray Vieram vários presidentes de Conferências e, juntos, fizeram uma reunião... decisão dos bispos foi de continuar o processo até o prazo que a gente tinha, e fizemos a publicação em quatro línguas, de uso de casos até

<sup>11</sup> Hanson, E. *The Catholic Church in World Politics*, Princeton: 1987, p. 323 ss.

<sup>12</sup> Optamos em manter na transcrição da entrevista a forma coloquial como foi realizada.

aquele momento, até o encontro nacional. Depois, ainda continuamos esse processo, porque uns 30 bispos brasileiros resolveram continuar, e aí continuamos por mais uns 3 anos. Acabamos fazendo um encontro em João Pessoa em fins de 78, e continuamos até 81, depois vimos que não tínhamos mais condições de continuar; tínhamos cumprido a tarefa...

### 3 - ENTRAR NA POLÍTICA

Já vimos como a prática diária da convivência social levou ao descobrimento do partido político como instrumento necessário para realizar a organização da vida pública. Em nossos dias, à raiz da crise nos partidos submersos pela incompetência e pela corrupção, buscou-se reviver a hipótese de uma alternativa ingênua, modelada sobre a democracia direta<sup>13</sup>.

Sem desconhecer, seja a validade da crítica, seja a importância de um aumento da participação, cremos que a democracia representativa segue sendo a maneira mais adequada de articular populações tão numerosas e tão diferenciadas. Nem a incapacida-

de de alguns políticos, nem a imoralidade de muitas práticas da vida pública, nem a fragmentação de muitos partidos justificam a condenação e a rejeição indignada do partido político enquanto tal (Isso equivaleria à solução do marido traído que vende a cama para evitar a infidelidade da esposa adúltera). A causa da desordem dos partidos é a total impunidade que temos aceitado em nossos países. Fazem de tudo, porque tudo lhes é permitido. Não fazem o que devem, porque ninguém lhes exige<sup>14</sup>.

Os partidos são máquinas eleitorais. Partido que nunca logra ascender ao poder, morre *por desafiliação* de seus membros. Por conseguinte, as eleições são a alavanca que nos permite mantê-los funcionando. Não é o partido o que tem que ser banido, mas sim nossa irresponsabilidade em nos afiliarmos a partidos ineficientes, votar em candidatos incapazes ou prevaricadores e deixar passar gestões ocultas e fraudulentas.

O cristão, em especial o católico, experimenta também a ambigüidade diante do partido; entre outras coisas, porque a história política de todos os

países ocidentais foi entrelaçando a vida da Igreja e a do Estado, em modos particulares para cada país e para cada época, colorindo assim os partidos com matizes mais ou menos favoráveis aos interesses da Igreja<sup>15</sup>. Porém, a solução não é impedir ou suspender a militância em determinado partido, mas, pelo contrário, sustentá-la e aumentá-la, com o objetivo de converter o partido em um instrumento adequado, transformando o poder em serviço público eficiente, ao invés de abandoná-lo ao jogo implacável dos interesses privados.

A história nos ensina como os interesses partidários são a motivação verdadeira das campanhas. Em uma sociedade "angélica" poder-se-ia supor um desinteresse absoluto; na sociedade humana isso não seria possível. E esse mesmo interesse partidário é o que permite aplicar os freios ao grupo enquanto tal, em sua corrida pelo poder. Nem a afiliação à determinada tendência, nem a disciplina do partido são verdades absolutas. O cristão tem outros absolutos que lhe permitem calibrar os programas e as estratégias de todos os partidos, com o fim de poder inscrever-se no que melhor expresse a busca do bem co-

mum. Antes de rejeitá-los, o cristão tem o dever de estudá-los com todo o cuidado que lhe inspira sua própria responsabilidade transcendental.

Na seguinte transcrição da entrevista de Whitaker que vimos citando, podem ser apreciados alguns destes problemas e das respostas que um cristão pode dar, quando está realmente persuadido pela importância transcendental do serviço público.

*Essa foi a origem que o motivou a entrar na política?*

Na política não, no mandato! É importante isso: assumir o mandato, porque se ia fazer uma Lei Orgânica do Município, de todos os municípios brasileiros, eu achei interessante de que tudo o que eu tinha aprendido, embora no plenário forçando a Constituinte a fazer uma Constituição com mais participação popular e pudesse entrar isso aqui no município. Nesse momento, eu entrei no PT (Partido dos Trabalhadores)

*O que o levou a decidir por esse partido?*

O Sr. Cardeal Dom Paulo Cardeal Arns não era a favor. Ele preferia que os assessores diretos dele não

<sup>13</sup> BARBER, B. *La democracia de los ciudadanos*, Malaga: 1996

<sup>14</sup> SARTORI, G. *A teoria da representação no estado democrático moderno*, Belo Horizonte: 1962; id., *Parties and Party Systems*, Cambridge: 1976

<sup>15</sup> SCOPPOLA, P. "La democrazia nel pensiero cattolico del novecento" en *Storia delle idee politiche, economiche e sociali*, ed. L. Firpo, Milano: 1972

estivessem afiliados; o tipo de função que Dom Paulo queria que eu desenvolvesse era importante que não estivesse em partido nenhum. Mas, objetivamente, eu tinha relação com o Plínio de Arruda Sampaio – fundador do PT – e com as Comunidades de Base que apoiavam o PT. Era, portanto, muito natural que, na hora de me candidatar, eu ingressasse no PT. Isso foi no ano de eleição, 88. Eu escolhi porque era muito normal; se eu entrasse em um partido tinha que ser no PT. Aí fui eleito...

#### 4 - UM POR TODOS E TODOS POR UM

Um dos obstáculos que tem feito naufragar muitos militantes cristãos dentro dos partidos, é o fato de terem perdido a solidariedade. O verdadeiro segredo do partido político é o mesmo dos *Três Mosqueteiros*: um por todos e todos por um. Boa parte do que temos denominado a insensatez da política não é o interesse material que leva à corrupção, mas sim a perda do espírito de corpo, que termina por iludir ao *D'Artagnan* moderno, envolvendo-o nas intrigas ilusórias do poder pessoal. O herói solitário se torna

vulnerável e é derrotado pela multidão de inimigos. Tanto no combate político como no religioso, os inimigos são sempre *legião*. Esse foi o ensinamento evangélico e essa tem sido a lição histórica ao longo dos séculos. O triunfo do personalismo é a ruína da pessoa. O partido e seu programa são sacrificados em nome do prestígio. Assim se explicam as fragmentações, quase infinitas, dos grandes partidos políticos minados por uma guerra interna. A coesão de princípios éticos, portanto justos, consoma a força partidária.

O remédio para a autodissolução é, com certeza, a fidelidade àquilo que constitui a essência do partido e a única base firme de toda a estrutura política: a representação<sup>16</sup>. Não se alcança a coesão em torno dos interesses criados pelos representantes, mas somente em torno aos interesses comuns dos representados. Há tempos, foi denunciada a grande epidemia que infesta e mata os partidos: “a lei de ferro das oligarquias”. O partido, como todos os grupos humanos, tende a concentrar-se nas cúpulas hierárquicas e estas, por sua vez tendem a separar-se de suas bases, centrando-se sobre si mesmas. Quan-

do esta separação se consuma, o partido deixa de ser representativo, porque seus dirigentes terminam por representar somente a si mesmos. Daí a ilegitimidade do mandato, é um passo.

A entrevista de Chico nos ensina que uma maneira prática de estruturar é manter essa fidelidade à representação. É uma mera coincidência que Whitaker, como *D'Artagnan*, trabalhasse com o Cardeal mas não o é o fato de ter vivido o *um por todos e todos por um*, nas Comunidades Eclesiais de Base, como princípio político fundamental. Aí reside outro segredo do cristão na política: consultar sua comunidade eclesial e conferir com ela suas estratégias e suas táticas.

*Como foi essa trajetória até a eleição? Você tinha contato com as comunidades de base, trabalhou diretamente com a base? E com relação à hierarquia?*

Na verdade, toda a minha entrada na atuação política antes de me candidatar era marcada por essa nota da participação popular. A emenda da participação popular, passando na constituinte era muito na linha do Sr. Cardeal. Continuei assessorando a CNBB, inclusive na Constituinte e continuei assessorando Dom Paulo no

Planejamento Pastoral daqui, além de outras coisas, e sempre a minha posição era a participação popular. Então, na hora em que eu me candidatei, eu não sabia se ia ser eleito ou não, inclusive para as comunidade; aí eu disse: olha, a minha proposta de candidatura é: vamos avançar a participação popular em nível de legislação municipal”. Para isso é que eu entrava, quer dizer, não havia ruptura nenhuma e não dava também para achar que era oportunismo, como quem diz: entra no partido para ser candidato. Realmente eu fui candidato depois que amadureci a idéia que o legislativo é um lugar importante e que, portanto, aí podemos conquistar valiosos instrumentos. Agora, uma vez tendo entrado, foi uma mudança muito grande. Eu tinha um projeto de atuação e tive que realizar. Houve duas coisas que determinaram a mudança: eu acabei sendo o relator da Lei Orgânica, eu e mais dois. Depois de três meses de eleito eu já era relator numa comissão, aquela comissão da corrupção. Depois, fui relator da Lei Orgânica; depois fui líder do governo.. O meu relacionamento com a base, nesse ponto, o que é que era? Eu mantinha a tese de que eu não podia ir para lá e esquecer a base. Então eu fiz, ao longo dos meus dois mandatos, inclu-

<sup>16</sup> VOEGELIN, E. *The New Science of Politics. An Introduction*, Chicago: 1952

sive com gerência das situações que eu estava vivendo na Câmara, como líder do governo, um esforço muito grande de relacionamento com a base, o que nem sempre funcionou bem. Foi uma das coisas que me fez sair da Câmara, já que o relacionamento com a base, como candidato, é sempre visto como uma forma de conseguir grupo de apoio para a reeleição. É terrível! Por um lado, a base não avança demais, porque diz: "Nós o elegemos para você quebrar o galho, agora não venha pedir a nossa ajuda, porque foi para isso que nos o elegemos; é você que tem que se virar". Inconscientemente, ela não assume porque eu estou assumindo. Quando eu peço ajuda, é ajuda mas não é assumir como cidadão. Esta é uma diferença grande; além do mais, quando você começa a mobilizar muito, é entendido como uma forma de você garantir apoio permanente e – eis o segredo eleitoral – todos os candidatos são competidores entre si, ninguém ajuda ninguém, porque se eu ajudo você, a sua base aumenta e eu sou prejudicado.

## 5 – O CRISTÃO NA POLÍTICA

Somente a decisão de entrar na política não basta para forjar o compromisso de trabalhar pelo bem co-

mun. No caso específico da organização católica, com sua Igreja institucional centrada no Papa e em toda uma hierarquia coesa em todo o mundo, a atuação política pode criar atritos entre os objetivos políticos e os objetivos eclesiásticos. Isto não significa que a religião e a política se contradizem, somente queremos frisar aqui que os profissionais de cada lado podem ter seus pontos de vista, mais ou menos válidos, sobre os métodos, sobre as estratégias e sobre a forma de exercer a autoridade. A diferença de pontos de vista entre os ministros eclesiásticos, de um lado, e o fiel comprometido na política, de outro, pode causar muitos confrontos, provocando vetos e sanções inadequados, além de gerar frustrações e descontentamentos, sejam pessoais ou coletivos<sup>17</sup>.

É, sem dúvida alguma, um tema delicado, porque nele entram em jogo uma série de fatores pessoais difíceis de avaliar, como por exemplo: a qualidade pessoal, o autoritarismo, as crenças individuais, o conhecimento que o responsável tem de sua própria realidade, assim como os vínculos pessoais que se estabelecem ao longo da trajetória política até a posição

em que se encontram. Neste campo, tanto os acertos quanto os erros pessoais projetam luz e sombras sobre as circunstâncias do conflito. Por essa mesma razão, o debate nem sempre é lúcido e analítico e, com demasiada frequência, se aquece e se ofusca, pondo fim a utopias que buscam um mundo melhor, mais humano e justo, pela via da política. Pode até pôr fim a uma pessoa de boa vontade, ou a um movimento bem intencionado.

A solução, neste caso, é conhecida, porém nem sempre praticada: o respeito das respectivas autonomias. Autonomia esta que dá o direito e o dever de tomar decisões próprias, decisão que para o cristão deve ter como referência Deus e a sua consciência<sup>18</sup>. Isso é, sem dúvida, um ponto nevrálgico, dada a coexistência de duas instituições sobre o mesmo terreno social, com objetivos em parte superpostos, como é o caso da reprodução da espécie e dos movimentos e da educação dos filhos; os conflitos surgem quando uma entidade invade o campo da outra. Não se deve perder de vista que esta delimitação de terrenos tampouco é fácil, porque ela constitui parte do mesmo trabalho

político em prol do bem comum. Além das dificuldades de origem pessoal, este dilema – entre a consciência religiosa e a política – tem uma importante dimensão histórica, da qual são exemplos notáveis: o anticlericalismo de alguns países católicos em determinadas épocas e o correspondente entrenchamento de algumas igrejas regionais.

A entrevista oferece algumas chaves de leitura destas situações e algumas amostras de conduta respeitosa das autonomias. É claro que a autonomia supõe a maioria tanto das pessoas dirigentes e dirigidas, como das instituições divinas e humanas. Tal maioria produz correspondente maturidade das pessoas e das instituições. A maturidade caminha de mãos dadas com a responsabilidade. Uma responsabilidade múltipla, como todas as responsabilidades públicas: diante da própria consciência, diante da família, diante da Igreja, diante do partido, diante do país.

**Chico:** *Eu não era só da Comunidade de Base, eu era de Igreja, globalmente entendida; nunca esperei demais e nunca pedi demais. Você tem que fazer o que tem que*

<sup>17</sup> HANSON, E. op. cit. P. 60, 83, 184; P. Scoppola, op. cit. P. 140 ss.

<sup>18</sup> Rahner K., *Dimensioni politiche del cristianesimo. Testi scelti e commentati da Herbert Vorgrimler*, Città Nuova, Roma: 1992, p. 79-80

fazer! Existe um nível de confiança muito grande. Eu mantinha um relacionamento muito intenso com os bispos auxiliares de São Paulo. E os mantinha informados; tinha a preocupação de enviar os meus *Intercomunicando* (folhetos de informação sobre o andamento, trabalhos realizados, etc., criado pelo Chico, após ser eleito) e, quando tinha uma crise maior, eu ia conversar com eles para dizer: "Olha, o que eu estou pensando, olha como eu estou fazendo"; e eles, por sua vez, podiam dizer: "Olha, o PT tá ruim, você deveria sair do PT". Podiam até dizer isso, mas não diziam. Eles nunca me cobravam e nem eu cobrava nada deles. Minha relação com a Igreja é uma relação de muita corresponsabilidade! Eu fico triste quando ela vai por descaminhos; fico tentando chamar à atenção, aos bons caminhos; aquilo que eu acho que são os bons caminhos da política. Pode ser que eu esteja completamente errado, mas se for verdadeira a Opção Preferencial pelos Pobres, se a Igreja for olhar para o Concílio Ecumênico Vaticano II, ela tem que assumir. É impossível não ser desse modo. Evangelicamente, ela não pode estar a favor da injustiça e ela não pode

ser omissa. A Igreja, para ser coerente com a sua referência que é o Evangelho, teria que ser muito mais engajada, por isso é que eu, quando entrei na Campanha da Fraternidade (Justiça e Paz se abraçarão - Fraternidade e Política), eu falei: "É uma oportunidade de ouro"! O tema foi lançado em 95 e quando o escolheram, começamos a nos organizar, a nos preparar para isso. Fizemos um vídeo e um texto. Vi, nessa ocasião, uma bela oportunidade para tentar superar a dificuldade da Igreja com a Política.

O que é para você a Igreja? É uma família... uma família de pensamento e de ação e que não pode estar desligada da terra e, se a terra está sofrendo com a injustiça, ela tem que buscar a justiça e ser transformadora. Estando na Comissão de Justiça e Paz da CNBB, participo sistematicamente da Comissão e do Conselho permanente. Participo também da Comissão Pastoral Episcopal da CNBB e da Assembléia Geral, assessorando os bispos, e aí vejo as dificuldades que a Igreja está vivendo atualmente.

Hoje você não acha que ela perdeu um pouco a sua dimensão profética? Parte dela perdeu mui-

to. Parece, que está prevalecendo uma perspectiva mais tímida e de maior poder. A CEP (Comissão Episcopal Pastoral - CNBB), por exemplo, é um lugar de contradição fortíssima entre duas perspectivas. De qualquer modo, eu me sinto pertencendo a esta Igreja, que não é uma instituição ou uma organização a qual eu estou filiado, mas que é uma família com uma visão profunda; que pretende dar continuidade ao Anúncio e da qual sou co-responsável. Por exemplo, se eu sinto que determinados bispos não perceberam, eu tenho que me colocar na posição de ajudá-los a descobrir. Não é uma discussão tipo: "Sr. Bispo, o que é que eu tenho que pensar?". Isso nunca. Eu vejo a Igreja também transformadora em tudo o que ela tem que ser: anúncio, comunidade... E me sinto co-responsável se ela não caminhar nessa estrada. Eu, de fato, me assumo como membro responsável desse Corpo.

## 6 - TEOLOGIA E POLÍTICA

Como criar uma responsabilidade pessoal e coletiva capaz de enfrentar o desafio e o privilégio de fazer política como cristãos? É a pergunta de tantos. Toda a evangelização, toda a

pastoral, toda a pedagogia e toda a formação política buscam, sem cessar, essa resposta para cada caso. A resposta ética não se contenta em somente descobrir princípios gerais que permitam o discurso, mas se concentra, sobretudo, em fabricar os métodos para resolver os casos concretos, com toda a ambigüidade que leva a nossos conflitos contínuos. Se a história fosse límpida, os princípios poderiam ser aplicados de modo imediato e todos viveríamos em um mundo ideal, da razão pura e dos raciocínios matemáticos. Mas não, a história do ser humano é turva desde a perspectiva da mera razão, porque está entrelaçada de paixão e de sentimento, de ignorância e de audácia. Por esse mesmo motivo, a política é complexa e não permite ser reduzida a umas poucas fórmulas infalíveis. Ela possui a liberdade da arte. É nessa liberdade que ela se articula com a teologia.

O fundo da questão aqui colocada é a compreensão de nós mesmos e do mundo em que vivemos: nossa antropologia e nossa psicologia, nossa sociologia e nossa filosofia. Tudo isto nos faz voltar ao problema da representação política. De fato, a visão que teremos de nós mesmos será diametralmente oposta se nós pensamos



estar no centro da criação e da história, ou se admitimos que existe outro centro fora de nós e que se deu uma intervenção não humana na história da humanidade. E por conseguinte, a política tem um sentido muito diferente se pensamos que o poder do homem é autônomo e incondicionado, ou se acreditamos que a organização política é a representação de uma ordem superior dentro da qual todos os seres humanos, governantes e governados, tem um lugar e uma missão. Na linguagem cristã, expressamos esse acreditar com a frase: “o poder vem de Deus”. Jesus respondeu a Pilatos de forma irrefutável, quando este se vangloriava de que poderia condená-lo a morte: “*Não terias nenhum poder, se não te tivesse sido dado do alto*”.

A conseqüência natural desta consideração é que a política do cristão depende de sua teologia ou, em outras palavras, da resposta que damos à pergunta evangélica: “*Quem é Deus para nós?*”. Uma resposta aparentemente fácil, porque com freqüência se pensou ser uma resposta teórica. Acreditar que a resposta é teórica não deixa de ser um sofisma. A verdadeira resposta é a resposta prática, a qual se resolve no dilema de saber se para nós Deus é Amor, assim com

maiúscula, ou os amores, com minúscula. O Amor, com maiúscula, é o Amor Transcendental, o Deus de Abraão, de Isaac e de Jacó, que luta junto a seu povo e que acaba por fazer-se Jesus Cristo, um do membros pobres desse povo, a fim de que conquiste uma terra a ser plenificada no céu, completando o ciclo do Amor. Não existe Amor sem Terra e sem Céu, não existe Terra sem Céu e sem Amor, não existe Céu sem Amor e sem Terra.

O amor, com minúscula, rompe o ciclo, se acomoda em um dos três vértices do triângulo e percorre somente uma das três etapas do ciclo, sem completá-lo e, por isso mesmo, rompendo a ordem transcendental do Amor, causando a dissolução da sociedade. As teologias fragmentárias do amor – com minúscula – são inumeráveis. Elas servem como caldo de cultivo das tendências utópicas e maniqueístas que rompem o Amor mediante a negação da Terra. Elas são, também, a raiz de todos os racismos e classismos que rejeitam o Amor. Daí os movimentos corporativos que ignoram o céu. Daí o consumismo contemporâneo que trocou o templo pelo *shopping center*.

A desordem da política é, com toda clareza, o reino do amor, com minúscula: reino de avareza no qual germi-

na a corrupção dos governos e dos partidos, reino da soberba no qual brotam os totalitarismos de direita e de esquerda, reino da apostasia no qual se cultiva a aniquilação da humanidade, a guerra fria ou quente.

Também sobre os caminhos que podem tirar-nos desta encruzilhada fatídica, a entrevista de Chico Whitaker é muito ilustrativa:

**Quem é Deus para você? E quem é Deus na vida do ser humano?** *Deus para mim é relação amorosa, é Amor, fundamentalmente é isso; é tudo o que existe de respeito humano. É esta força cósmica de união, de construção mais completa, integral; Deus para mim, não é um senhor barbudo, é muito mais uma força amorosa para a qual a gente é atraído, da qual a gente nasceu, porque a gente nasce do amor. Essas convergências de Teilhard... eu vejo, por exemplo, na psicologia, na evolução da ciência, da ecologia, tudo isso são coisas que evoluem para o mesmo princípio de unidade e não de eliminação, não de competição, mas de cooperação. Então, para mim, Deus está presente onde existe uma relação de amor, uma relação de respeito; e a sociedade que a gente quer que seja justa, é uma socie-*

*dade na qual prevalece a cooperação e não a eliminação, a ajuda mútua, o amor.*

**O que falta para que o cristão leigo assumo o seu compromisso social?** *Existem muitos elementos – principalmente culturais – de formação, de criação, de preconceitos. Por exemplo, a Guerra Fria interferiu muito porque criou um antagonismo entre um tal de comunismo que era ateu e o capitalismo ocidental, dito cristão, que foi terrível na história da humanidade e que continua sendo pervertido... Por outro lado, foi colocado na cabeça das pessoas que política é um negócio sujo. Além do mais, os nossos políticos não primam pela honestidade... Há muita manipulação, capaz de criar muitos preconceitos na cabeça da pessoas. É mais fácil você escapar para um espiritualismo, para uma simples relação individual; o chamado pecado da omissão é muito difícil de você assumir. Basta falar, por exemplo, das grandes dificuldades que têm as Comunidades de Base: é uma proposta difícil, porque valoriza a pessoa, mas ela diz que você precisa lutar, você tem direitos, você tem que se levantar, você é gente. As seitas pentecostais, não! Esquecem!*

*Deus te dá tudo, é só você acreditar, amém, amém, amém! É muito mais fácil você ter uma relação individual com Deus; Deus, como uma espécie de velho barbudo, põe no colo e resolve todos os problemas; ou seja, uma visão totalmente falsa, porque no Evangelho o principal mandamento é amor ao próximo, quer dizer, é a Parábola do Bom Samaritano. Não é possível ignorar o outro que está aí do lado... A relação com você mesmo, a relação com os outros e a relação com o universo, com a natureza, tudo isso deve ser contemplado. Nas comunidades cristãs há um bloqueio enorme, tanto que eu, pessoalmente, estou empenhado junto com o grupo de Fé e Política da Arquidiocese em um programa de desbloqueio das pessoas em relação à política.*

### 7 – ENTRE A UTOPIA E A REALIDADE

Na utopia descomprometida, o espírito se refugia num idealismo, desenhando cidades habitadas por anjos e regidas diretamente por Deus. Ao afastar-se do mundo, os resultados são muito piores, porque abandona-se o

trabalho do Bom Pastor que arrisca sua vida pela ovelha perdida, para refugiar-se na satisfação narcisista de cultivar os *bons*. O cristão utópico arrisca sua credibilidade porque suas propostas não são realizáveis. O cristão tímido coloca em risco a sua própria salvação porque renuncia trabalhar pelo Reino<sup>19</sup>.

Essas duas tendências extremas brotam de uma mesma raiz: a falsificação da história da salvação. Se observarmos atentamente, o “angelismo” utópico é uma rejeição tão categórica do ser humano como o que se dá no purismo maniqueísta. A diferença entre ambos é a estratégia que cada um emprega para justificar o desconhecimento do fato dos homens e das mulheres serem de carne e osso. Nesse desconhecimento o homem mascara, em ambos os casos, uma profundo ignorância do Deus dos cristãos, do Verbo feito carne, bem como todo o mistério da redenção.

Na utopia se admite que tudo é possível para Deus, mas que, nem sempre, a coisa é factível. O que equivale a reconhecer que Deus, este sim, pode salvar o homem algum dia, ainda que por hoje não tenha nada que

fazer com a corrupção política reinante. O presente fica fora do alcance de Deus.

No maniqueísmo, Deus não pode salvar os maus e, por consequência, o que tem que se fazer é separar-se deles e abandoná-los à própria sorte. É muito fácil, dentro desta teoria, subestimar o número dos *bons* e confundir-os como se pode comprovar, ao longo da história, com o reduzido número dos *amigos*. Na política, esta seleção é ainda mais patente.

Tanto a ética utópica como aquela maniqueísta se apoiam em visões recortadas da realidade, em versões forjadas da moral, que de nenhuma maneira se podem fazer passar por cristãs, pelo fato de se apoiarem em critérios errôneos, imorais e, portanto, ineficientes. É preciso, pois, encontrar uma proposta que se apoie em uma visão adequada da realidade e em critérios que permitam processar a ação política em direção ao seu verdadeiro fim: o de obter o bem de toda a sociedade.

Da utopia podemos resgatar a atitude positiva e crítica frente à política contemporânea, enquanto que do maniqueísmo podemos recuperar o sentido moral da ordem que distingue entre o bem e o mal, entre o aceitável e o inadmissível.

A utopia possui a atração da beleza. O modelo utópico carece de imperfeições, porque nossa imaginação positiva as diminui com o objetivo de impulsionar um melhoramento da realidade. A utopia busca a transformação social e, por isso, tem uma dinâmica própria. Por outro lado, essa dinâmica só é efetiva se os atores conseguirem manter um esforço constante, apesar das imperfeições e dos limites que a realidade vai criando em torno das realizações concretas do modelo. Esta seria a virtude da fortaleza que, na linguagem teológica, consideramos como um Dom do Espírito Santo.

A fortaleza, além do sentimento de entusiasmo constante, tem um componente racional de realismo: uma objetividade que sabe medir as possibilidades e as probabilidades. Se faltar esta dimensão de cálculo objetivo e de verificação dos limites naturais das pessoas e das coisas, o resultado de trabalhar com modelos utópicos pode ser a frustração e o desengano. Assim, o uso da utopia supõe a posição racional crítica e a virtude teológica da fé. No mero nível humano, a atitude crítica tem em conta as possíveis falhas humanas e técnicas. No nível sobrenatural, aquele que crê coloca sua confiança no poder divino e no projeto da Providência.

<sup>19</sup> BOUYER, L. *La décomposition du catholicisme*, Paris: 1968

Pudemos observar na entrevista de Chico Whitaker, como realizar esta atitude crítica (esta é a seção mais longa, razão pela qual a reservamos para o final). Ainda que de toda a entrevista se possa dizer que é uma reflexão sobre a prática, nesta última parte aparecem evidentes os mecanismos do modelo utópico e as instruções para seu uso e se discutem dois aspectos importantes da estratégia: a resposta diante da acusação de ingenuidade, que muitas vezes é dirigida contra a boa vontade e a postura da imprensa, a qual, sobretudo na política, constitui um fator de primeira ordem e que não pode ser subestimada por nenhum motivo.

*A partir do momento que lhe foi pedido assumir um mandato partidário, a sua primeira intuição, a primeira idéia de como exercê-lo, foi contemplada ou a frustração foi o saldo final?*

Não, não me frustrei, eu simplesmente aprendi. Eu tinha uma visão totalmente idealizada, quer dizer: ilusória, não realista, do que é a atividade partidária, do que é atividade política e do que é um mandato legislativo. Eu não sabia, ou melhor, eu sabia teoricamente as funções do Parlamen-

to, eu sabia tudo isso, mas não sabia como era aquilo, de fato, na realidade; tanto assim que depois de dois mandatos eu decidi trabalhar do lado de fora, quer dizer, não me candidatei. Por quê? Não é porque me frustrei, nem porque me decepcionei, nem porque me cansei, é porque resolvi mudar de lugar. Tendo adquirido – dentro do Parlamento – uma experiência muito grande de como funciona de fato, tudo o que escrevo agora é em torno disto; estou permanentemente denunciando e montando grupos de acompanhamento, porque eu acho que não sendo vereador ou deputado, eu consigo organizar a base, porque não é mais para me eleger, é pela coisa em si. Nós estamos agora com 85 grupos de acompanhamento de Câmaras, em 5 Estados do Brasil, e tem mais: é o resultado da Campanha da Fraternidade. Esses grupos estão relacionados em rede. É suprapartidário, necessariamente. Então, vendo todos os problemas que os partidos têm, considero que o partido não é tudo. Você não pode mais achar que vai fazer transformação política, construindo partido. Na minha opinião, a maioria dos partidos brasileiros são “aparelhos” para os “caciques” terem aí como se candidatar e usar a “máfia” eleitoral. Os partidos mais de esquer-

da entram na mesma dinâmica da tomada do poder da sociedade e ficam na dinâmica do poder do partido. Então, eles se fecham e ficam lá dentro... não há saída! A saída é o desenvolvimento da cidadania que supera tudo, e é o cidadão que assume a sua responsabilidade independentemente de partido. A mesma atitude que tenho em relação à hierarquia, eu tenho com o partido. Somos co-responsáveis nessa sociedade pelo que está aí. Então, você começa a identificar o que é estratégico. Por exemplo, eu acho, depois da minha experiência, que o Legislativo tem uma importância muito grande nesse processo. Já não estou, absolutamente, na linha em que a tomada do poder resolve; já estou cansado de saber que não é por aí. É uma mudança do tecido social, da estrutura. Para mim, a experiência foi muito rica, porque me permitiu ver por dentro como é a instituição fundamental do Parlamento e perceber que, ou a gente organiza para mudar dentro com a força de fora, ou sem a força de fora, não se muda nada. Você vê o drama que é a nossa Câmara atualmente; e vai ser assim, eternamente, enquanto não houver gente do lado de fora capaz de apon- tar os pontos certos, descobrir onde pressionar. Para mim, tudo isso foi

resultado da experiência, tanto que agora na Comissão de Justiça e Paz estou lançando a denúncia sobre a corrupção eleitoral, porque o próprio sistema de eleição está totalmente fracassado. Tem o exército eleitoral da reserva, que é essa massa de carentes que, na hora da eleição, tem o seu voto comprado, elegendo os mesmos “picaretas” de sempre. O sistema é iníquo, tornando a nossa democracia, uma falsa democracia. Tudo isso eu aprendi; eu não tinha a idéia muito clara antes de entrar. Eu fui atrás de uma lebre e encontrei um leão, e saio de lá muito mais armado do que antes do conhecimento prático. Agora eu leio os teóricos e digo: “esse não passou lá... A teoria está longe, tudo idealizado, noção de Parlamento, é tudo idealizado, como se o Parlamento funcionasse daquela forma O interesse público, a ética...A grande preocupação que me passa na mente é quando você começa um processo de cidadania, vai havendo uma depuração, e aí esperamos políticos, mas enquanto não houver isso, como se pode incentivar o nosso pessoal? É por isso que temos que ser rápidos. Por exemplo, em termos de Igreja, para mim, a grande preocupação com o trabalho que a Igreja faz nas eleições é superar essa ingenuidade de dizer: “Vamos escolher bons candida-

tos". O bom candidato o que é? A questão é o exército eleitoral de reserva que está sendo comprado. A Igreja tem que colocar esse tipo de problema: o respeito por si mesmo. Auto-respeito impede que cometamos atos desonestos. Dar consciência crítica aos eleitores e àqueles que entram na política.

### CONCLUSÃO

A política está exposta às ilusões óticas quando se olha de fora, como deixou bem claro Chico Whitaker. Por sua vez, olhando de dentro, ela pode conduzir à miopia do egoísmo. Deve-se buscar a solução na visão equilibrada do compromisso e do desapego total. Isto não é nenhuma contradição nem um paradoxo. Se olharmos bem, o compromisso total é o mínimo requerido para nos tornarmos dignos do privilégio de servir ao bem comum. Sem um compromisso total, não chegaremos nunca à consecução desse bem, que consiste em que cada um de nós possa cumprir seu destino transcendental da melhor maneira possível. Trata-se, resumidamente, da salvação do mundo e, por isso, a política pode levar ao messianismo. E é aqui que o equilíbrio se produz graças ao desapego total. Porque se é certo que o compromisso é nosso (o fator

indispensável para produzir e manter a ordem da vida), não é menos certo que essa ordem deriva do esforço de todos, e não somente da capacidade de um. Quando o Papa João Paulo II aponta em direção à solidariedade como o princípio fundamental da organização social, está assinalando esse duplo movimento de entrega e de desinteresse que é a marca do amor transcendente. A política é uma questão de solidariedade, ou em outras palavras, de amor por toda a humanidade.

Pode parecer absurdo tratar de situar o amor dentro dessa relação na qual, tradicionalmente, vemos o jogo da força e da astúcia, da rapina e da chantagem, da aparência e da mentira. Porém, o absurdo consiste na tentativa de organizar nossa sociedade sobre todos esses elementos carentes de força aglutinante, os quais podem nos guiar-nos em direção a uma meta comum. Quando sublinhamos a importância da representação, pretendíamos tocar no nervo da política, porque a instituição do representante possui tanto em seu processo, como no seu resultado, a virtude unificante. Tanto o momento eleitoral, como a investidura do eleito são o resultado de uma convergência de vontades que são designados ao representante e que definem sua missão.

Ao longo de nossa entrevista, percebemos essa dimensão amorosa que torna o serviço público uma vocação sublime. A única força que pode manter a lealdade de uma pessoa a seus eleitores, contra todos os revezes, é a vontade de entregar a vida por seus amigos, incluindo nesta palavra todos os seus compatriotas, ao mesmo tempo que o apoio incondicional que deles recebe no desempenho de seu mandato. Sem esta dupla corrente, o representante deixa de sê-lo por prevaricação ou por ilegitimidade.

Por fim, essa força, como explicou Jesus a Pilatos, só pode vir do alto. Por consequência, o cristão por sua posição diante da vida, deveria possuir uma certa vantagem comparativa para identificar-se com esta corrente unificadora que produz e difunde a solidariedade entre os seres humanos. Se nos parece difícil, talvez

devêssemos revisar nossas virtudes teologais, ou seja, aquilo que nos une com Deus, antes de repudiar a César ou de negarmos a colaborar na edificação do Reino, com a esquálida desculpa de que o Reino de Deus não é desse mundo. É verdade: o Reino de Deus não é desse mundo, porém está sendo construído aqui e agora. Perdê-lo de vista constitui um erro irremediável.

*Prof.<sup>a</sup> Rosana Manzini é Mestra em Teologia Moral, professora de Moral Social no Instituto Paulo VI, Mogi das Cruzes, e da Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, SP. Pe. Alejandro Angulo, SJ, é Doutor em Sociologia e Decano da Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma, e professor de Ética Social do Instituto Paulo VI, Mogi das Cruzes, SP.*